



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Sargento Portugal – PODEMOS/RJ

REQUERIMENTO URGÊNCIA Nº DE 2024. (PL nº3191/2024)

“Requer Urgência da inclusão do PL nº 3191/24, que altera o Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para dispor sobre o crime de obstrução de vias públicas mediante o uso de barricadas.”

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art.155 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja submetida ao Plenário a inclusão automática na Ordem do Dia, para apreciação imediata do PL nº3191/24, de minha autoria que altera o Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para dispor sobre o crime de obstrução de vias públicas mediante o uso de barricadas e dá outras providências.

Sala da Comissão, de novembro de 2024.

Sargento Portugal
Deputado Federal Podemos/RJ

Líder

Líder

Líder

Líder





Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) **(Do Sr. Sargento Portugal)**

“Requer Urgência da inclusão do PL nº 3191/24, que altera o Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940, que institui o Código Penal, para dispor sobre o crime de obstrução de vias públicas mediante o uso de barricadas.”

Assinaram eletronicamente o documento CD244021139100, nesta ordem:

- 1 Dep. Sargento Portugal (PODE/RJ)
- 2 Dep. Isnaldo Bulhões Jr. (MDB/AL) - LÍDER
- 3 Dep. Altineu Côrtes (PL/RJ) - LÍDER do PL
- 4 Dep. Raimundo Santos (PSD/PA)
- 5 Dep. Duda Ramos (MDB/RR)
- 6 Dep. José Medeiros (PL/MT)
- 7 Dep. Gilvan da Federal (PL/ES)
- 8 Dep. Sargento Fahur (PSD/PR)
- 9 Dep. Allan Garcês (PP/MA)
- 10 Dep. Dorinaldo Malafaia (PDT/AP)
- 11 Dep. Mauricio do Vôlei (PL/MG)
- 12 Dep. Coronel Meira (PL/PE)
- 13 Dep. Delegado Ramagem (PL/RJ)
- 14 Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)
- 15 Dep. Elmar Nascimento (UNIÃO/BA) - LÍDER do Bloco UNIÃO, PP, Federação PSDB CIDADANIA, PDT, AVANTE, SOLIDARIEDADE, PRD *-(p_7165)
- 16 Dep. Antonio Brito (PSD/BA) - LÍDER do Bloco MDB, PSD, REPUBLICANOS, PODE

* Chancela eletrônica do(a) deputado(a), nos termos de delegação regulamentada no Ato da mesa n. 25 de 2015.

